Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science
http://periodicos.unievangelica.edu.br/fronteiras/
ISSN 2238-8869

Article

A Agroecologia como Estratégia de Desenvolvimento Local: Análise e Proposições para um Banco de Alimentos no Município de Maricá-RJ

Angélica Cristina Laurindo do Nascimento[1], Luiz Fernando de Sousa Antunes[2], Robson Amâncio[3]

[1] Mestra em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: 0009-0009-3690-3504. Email: laurindoangelica@ufrrj.br
[2] Doutor em Fitotecnia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0001-8315-4213. Email: fernando.ufrrj.agro@gmail.com
[3] Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0002-2920-2664. Email: robson.amancio@uol.com.br

RESUMO
A crescente demanda por sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos tem colocado a agroecologia no centro das discussões sobre desenvolvimento territorial e segurança alimentar no Brasil. Nesse contexto, os municípios assumem papel estratégico na formulação de políticas públicas voltadas à soberania alimentar e ao fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo. Este estudo analisou a inserção da agroecologia nas políticas municipais de segurança alimentar e nutricional (SAN) em Maricá-RJ, com vistas à proposição de diretrizes para a estruturação de um banco de alimentos orientado por princípios agroecológicos. Para isso, empregou-se abordagem mista, integrando aplicação de questionário estruturado, entrevista semiestruturada com representante da gestão pública e visita técnica a um equipamento de referência nacional, possibilitando a triangulação metodológica. Os resultados indicaram reconhecimento crescente da agroecologia como eixo estratégico de políticas sociais e ambientais, embora persistam fragilidades na articulação intersetorial, na qualificação técnica das equipes e na ausência de um sistema unificado de distribuição. Conclui-se que o fortalecimento da política local de SAN depende da integração entre produtores familiares, instâncias públicas e sociedade civil, além da criação de instrumentos de governança territorial e observatórios temáticos. Propõe-se, por fim, a implementação de um banco de alimentos com base agroecológica e a consolidação de práticas formativas permanentes, ampliando a resiliência e a sustentabilidade do sistema alimentar municipal.
Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; políticas públicas; agricultura urbana; intersetorialidade; soberania alimentar.

ABSTRACT
The growing demand for sustainable and inclusive food systems has placed agroecology at the core of debates on territorial development and food security in Brazil. In this scenario, municipalities play a strategic role in designing public policies that promote food sovereignty and strengthen short supply chains. This study examined the integration of agroecology into local food and nutrition security (FNS) policies in Maricá, Brazil, aiming to propose guidelines for establishing an agroecology-based food bank. A mixed-method approach was applied, combining a structured questionnaire, a semi-structured interview with a public management representative, and a technical visit to a nationally recognized food bank, ensuring methodological triangulation. Findings revealed increasing institutional recognition of agroecology as a strategic axis of social and environmental policy, despite weaknesses in intersectoral coordination, staff training, and the absence of a unified food distribution system. It is concluded that strengthening local FNS policy requires integration between family farmers, public agencies, and civil society, as well as the creation of governance mechanisms and thematic observatories. The study recommends implementing an agroecological food bank and permanent training programs to enhance the resilience and sustainability of the municipal food system.
Keywords: food and nutrition security; public policies; urban agriculture; intersectoral governance; food sovereignty.

Submissão:11/06/2026 Aceite: 20/07/2026 Publicação: 14/11/2026

v.15, n.3, 2026 • p. 295-309. • DOI http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2026v15i3.9009

© 2021 by the authors. Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Este manuscrito é distribuído nos termos da licença Creative Commons – Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode), que permite reproduzir e compartilhar o material licenciado, no todo ou em parte, somente para fim não comercial; e produzir, reproduzir, e compartilhar material adaptado somente para fim não comercial.

Introdução

O acesso à alimentação é um direito social assegurado pela Constituição Federal Brasileira e um dos fundamentos da dignidade humana. Entretanto, mesmo sendo o Brasil um dos maiores produtores agropecuários do mundo, o país voltou a integrar o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) após a pandemia da COVID-19, revelando contradições profundas entre a produtividade agrícola e a garantia de segurança alimentar (PENSSAN 2021). Esse cenário evidencia a desconexão entre o uso do território agrícola nacional e o atendimento às necessidades alimentares da população, em especial dos grupos historicamente vulnerabilizados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar se baseia no acesso físico e econômico a alimentos adequados, seguros e em quantidade suficiente (FAO 2023). No entanto, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (PENSSAN 2022) apontou que 33,1 milhões de brasileiros viviam em situação de fome no período entre 2021 e 2022. As desigualdades de gênero e raça intensificam essa realidade: domicílios chefiados por mulheres negras são os mais atingidos, reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas à equidade e ao direito humano à alimentação adequada.

No contexto urbano, onde se concentra cerca de 87,4% da população brasileira (IBGE 2024), as vulnerabilidades sociais se tornam ainda mais complexas. A precarização do trabalho, o desemprego e a informalidade limitam o acesso à alimentação e intensificam as desigualdades territoriais. Figueiredo et al. (2017) argumentam que o direito à cidade e o direito à saúde são dimensões interdependentes para a promoção da equidade, o que exige uma reestruturação do planejamento urbano. Nesse sentido, práticas como a agricultura urbana e a agroecologia emergem como instrumentos estratégicos de inclusão produtiva, de fortalecimento da soberania alimentar e de sustentabilidade nos espaços urbanos.

A agricultura urbana, conforme defendem Purcell e Tyman (2015) e Ferreira e Castilho (2016), deve ser compreendida como uma política pública articuladora, capaz de conectar dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento local. Além de contribuir para a redução do desperdício e o fortalecimento dos circuitos curtos de produção, essa prática aproxima o produtor do consumidor, fomentando a economia solidária e o uso socialmente justo do território. Nesse contexto, a agroecologia assume papel de destaque, ao propor sistemas produtivos resilientes, sustentáveis e socialmente inclusivos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Os Bancos de Alimentos (BA) configuram-se como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, criados para reduzir o desperdício e redistribuir alimentos de forma equitativa. Instituídos no Brasil na década de 1990 e fortalecidos por políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os BAs se consolidaram como instrumentos de mitigação da fome e de articulação de políticas públicas de abastecimento, como o PAA e o PNAE. Contudo, a Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos (Brasil 2020) demonstra baixa adesão de doadores agroecológicos e pouca integração com iniciativas locais de agricultura urbana, revelando lacunas na consolidação de um modelo de gestão territorial e participativo.

Destarte, buscou-se avaliar o potencial da agroecologia como estratégia de fortalecimento de um modelo territorial de desenvolvimento local em Maricá-RJ, analisando a estrutura institucional, operacional e participativa do Banco de Alimentos do município. O estudo visou compreender como os princípios agroecológicos e as práticas de agricultura urbana podem contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, propondo diretrizes de integração entre produção local, gestão pública e inclusão social.

Material e Métodos

Tipo de Pesquisa e Abordagem Metodológica

A presente pesquisa caracteriza-se possui como descritiva e exploratória, de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), fundamentada em técnicas de pesquisa de campo, levantamento de dados primários e secundários e análise documental. O delineamento metodológico buscou compreender a relação entre agroecologia, políticas públicas e segurança alimentar, considerando o contexto institucional e territorial do município de Maricá-RJ.

De acordo com Gil (2022), esse tipo de investigação é adequado para identificar características de fenômenos sociais e subsidiar diagnósticos situacionais. A opção pela abordagem mista justifica-se pela necessidade de integrar evidências quantitativas – oriundas dos questionários aplicados a profissionais da rede

pública – com interpretações qualitativas, provenientes de entrevistas e observações de campo (Creswell e Creswell 2023).

O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o registro CAAE 78915724.6.0000.0311, atendendo às diretrizes da Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Resolução n.o 510, de 07 de abril de 2016 2016).

Participantes

A pesquisa contou com 16 profissionais vinculados à rede pública municipal de Maricá-RJ, atuantes em diferentes frentes das políticas públicas de segurança alimentar, assistência social e agricultura urbana. A amostra foi intencional e não probabilística, sendo composta por 6 participantes (37,5%) dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), quatro (25%) vinculados a Projetos Municipais com interface socioambiental e comunitária, quatro (25%) pertencentes a Secretarias Municipais ou Autarquias, incluindo dois gestores e dois (12,5%) representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Essa composição reflete a diversidade institucional e funcional das ações locais voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em consonância com Flick et al. (2021) e Minayo (2014), que destacam a importância da heterogeneidade de contextos e experiências entre os sujeitos sociais como elemento essencial para a compreensão ampliada das práticas e políticas públicas no território.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão e exclusão das amostras foram definidos com o objetivo de direcionar adequadamente a composição dos grupos participantes da pesquisa, assegurando a consistência interna dos dados e a representatividade institucional dos sujeitos envolvidos. Foram considerados dois grupos principais: gestores e colaboradores de projetos municipais, e gestores e colaboradores de instâncias municipais.

No primeiro grupo, referente aos gestores e colaboradores de projetos municipais, foram incluídos os colaboradores diretamente vinculados a projetos na área de agroecologia e agricultura urbana no município de Maricá, Rio de Janeiro, bem como integrantes de equipes técnicas de projetos agroecológicos e de iniciativas públicas voltadas à agricultura urbana e à sustentabilidade local. Foram excluídos desse grupo os colaboradores que não possuíam acesso a informações sistematizadas sobre os projetos, como relatórios, dados operacionais ou indicadores; aqueles que não pudessem referenciar os dados fornecidos a fontes institucionais confiáveis; e ainda os colaboradores envolvidos em iniciativas intermunicipais ou interestaduais cujas ações não se restringissem ao território de Maricá.

No segundo grupo, composto por gestores e colaboradores de instâncias municipais, foram incluídos funcionários lotados em órgãos públicos do município de Maricá que financiam, coordenam ou monitoram projetos e iniciativas de fomento à agroecologia e agricultura urbana, incluindo secretários municipais, assessores e servidores técnicos vinculados às políticas de assistência social, economia solidária e agricultura. Foram excluídos os colaboradores que não possuíam relação direta com o acompanhamento ou execução de políticas públicas municipais nas áreas de agroecologia, agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional, bem como aqueles que não tinham acesso a informações oficiais sobre o desenvolvimento e a gestão dos projetos institucionais.

Esses critérios visaram assegurar a coerência metodológica do estudo e garantir que as informações coletadas refletissem de maneira fidedigna a realidade institucional e operacional das políticas públicas voltadas à agroecologia e à agricultura urbana em Maricá-RJ.

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre março e maio de 2025, utilizando três estratégias complementares, de modo a assegurar a triangulação metodológica e a robustez analítica do estudo. A primeira estratégia consistiu na aplicação de um questionário estruturado, contendo questões fechadas e abertas, elaborado para identificar o segmento de atuação dos participantes, suas percepções institucionais e os principais desafios operacionais relacionados à política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O instrumento foi aplicado digitalmente, garantindo o anonimato e o consentimento livre e esclarecido dos respondentes, conforme as normas éticas vigentes.

A segunda estratégia envolveu a realização de uma entrevista semiestruturada com a Subsecretária de Economia Solidária e Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Maricá, Laura Maria Vieira da Costa. A entrevista teve por finalidade aprofundar a compreensão sobre as estratégias intersetoriais de combate à insegurança alimentar, o processo de implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

(PLANSAN) e os desafios enfrentados na estruturação do Banco de Alimentos do município, especialmente no que se refere à incorporação de práticas agroecológicas e ao fortalecimento de circuitos curtos de abastecimento.

A terceira estratégia consistiu em uma visita técnica ao Banco de Alimentos Laranjais, localizado em Nova Iguaçu (RJ), realizada em 07 de maio de 2025. Essa visita teve como objetivo observar o funcionamento, a infraestrutura e as práticas de gestão e articulação institucional de um equipamento reconhecido como referência nacional na Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. O registro sistemático da visita foi efetuado em diário de campo, seguindo as recomendações de Flick et al. (2021), o que permitiu subsidiar uma análise comparativa entre o modelo de Nova Iguaçu e o contexto do município de Maricá.

Essas estratégias integradas possibilitaram captar distintas dimensões do fenômeno estudado (institucional, operacional e territorial), promovendo uma articulação entre o campo empírico e a reflexão teórica sobre agroecologia, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento local sustentável.

Tratamento e Análise dos Dados

Os dados quantitativos obtidos por meio dos questionários foram sistematizados em planilhas eletrônicas e analisados por estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e relativas (%). Essa abordagem, conforme Dancey e Reidy (2021), é apropriada para descrever padrões de resposta e perfis de participantes em estudos sociais e aplicados. O processo compreendeu as etapas de pré-análise, categorização e inferência interpretativa, permitindo identificar padrões de significados associados à gestão pública da SAN, à participação social e à integração entre agroecologia e desenvolvimento local.

Resultados

Perfil Institucional e Segmentos de Atuação

Os dados indicam uma diversidade de segmentos institucionais envolvidos nas ações voltadas à segurança alimentar e agroecologia no município de Maricá, incluindo órgãos públicos, projetos municipais e conselhos gestores. Observa-se predominância de respostas oriundas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), seguidos de representantes de projetos municipais, secretarias/autarquias e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) (Quadro 1).

Quadro 1. Segmentos de atuação dos respondentes.

Segmento Institucional	N.º de respostas
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social	**6**
Projetos Municipais	**4**
Secretarias Municipais / Autarquias	**2**
Gestores de Secretarias / Autarquias	**2**
COMSEA	**2**
Total de respostas	**16**

Fonte: dos autores (2025).

Essa composição evidencia a presença de múltiplos atores, de naturezas e níveis distintos de gestão, configurando uma rede institucional intersetorial em construção. A pluralidade institucional reflete uma articulação ainda em consolidação entre as políticas de assistência social e aquelas ligadas à agroecologia e à produção de alimentos, condição essencial para a construção de uma governança integrada da segurança alimentar.

Caracterização dos Projetos Municipais

Os projetos analisados concentram-se majoritariamente nas áreas de Agroecologia/Agricultura Urbana (3 projetos) e Segurança Alimentar e Nutricional (1 projeto) (Quadro 2). O tempo médio de execução varia entre 4 e 5 anos, com início formal de alguns termos de colaboração em 2020. As atividades se distribuem em localidades estratégicas, como Espraiado, Ubatiba e Fazenda Joaquim Pinheiro, regiões reconhecidas por seu potencial produtivo e pela presença de políticas públicas agrícolas. O uso de áreas públicas demonstra o caráter coletivo e social dos projetos, reforçando seu alinhamento com a política de soberania alimentar e de uso social da terra.

Quadro 2. Caracterização geral dos projetos

Parâmetro	Principais informações
Grande área de atuação	Agroecologia / Agricultura Urbana (75%)
Tempo médio de execução	4–5 anos
Localização dos projetos	Espraiado, Ubatiba, Fazenda Joaquim Pinheiro
Área manejada	***2.400 m² a 5 ha***
Natureza da área	100% pública

Fonte: dos autores (2025).

Integração Intersetorial e Parcerias

Dos projetos avaliados, 50% desenvolvem ações intersetoriais e metade mantém cooperação direta com os CRAS (Quadro 3). Essa cooperação é estratégica, pois permite articular o eixo produtivo (agroecologia) ao eixo de proteção social (segurança alimentar). Essa articulação evidencia o papel crescente dos projetos agroecológicos como mecanismos de proteção social, indo além da produção agrícola e atuando como instrumentos de inclusão e equidade.

Quadro 3. Grau de integração intersetorial dos projetos.

Tipo de ação intersetorial	Nº de respostas	Percentual
Ações conjuntas com outros projetos	**2**	50%
Ações conjuntas com CRAS	**2**	50%
Participação em programas de SAN	**4**	100%

Fonte: dos autores (2025).

Produção, Destino e Beneficiários

Todos os projetos participantes produzem alimentos, com foco principal em hortaliças, frutas, grãos e cereais, e uma média de produção que varia entre 600 kg e 7,2 toneladas mensais, dependendo da escala e do tipo de cultivo. O número de variedades já produzidas ultrapassa 120 espécies, o que revela diversificação produtiva e resgate da agrobiodiversidade local.

Quadro 4. Indicadores de produção e destinação.

Indicador	Valores observados
Quantidade média produzida	**600 kg a 7.200 kg/mês**
Nº de variedades produzidas	**70 a 120**
Destino principal	Instituições sociais, merenda escolar, capacitação e formação
Nº de beneficiários diretos	Até 1.890 pessoas/mês

Fonte: dos autores (2025).

O destino dos alimentos é voltado majoritariamente a instituições sociais, escolas e equipamentos públicos, em consonância com políticas de segurança alimentar e combate ao desperdício. Os dados reforçam o papel dos projetos municipais como núcleos de abastecimento solidário, contribuindo diretamente para a mitigação da insegurança alimentar e nutricional.

Governança Alimentar e Banco de Alimentos Municipal

Em unanimidade, os projetos e unidades entrevistadas reconheceram a importância da criação de um Banco de Alimentos Municipal (Quadro 5), justificando a medida como estratégica para o escoamento da produção, gestão de excedentes e ampliação do alcance social. Essa demanda aparece de forma reiterada nas respostas de gestores, técnicos e conselheiros do COMSEA. Essa unanimidade sugere maturidade institucional e reconhecimento do Banco de Alimentos como política estruturante, e não apenas emergencial.

Quadro 5. Percepção sobre a criação de um Banco de Alimentos Municipal.

Posição dos respondentes	Justificativa principal
Sim (100%)	Facilita a distribuição e escoamento dos alimentos
—	Permite maior constância na produção e evita perdas
—	Fortalece a rede intersetorial de segurança alimentar

Fonte: dos autores (2025).

Papel do COMSEA e da Gestão Pública

O COMSEA tem atuado de maneira crescente na formulação de políticas públicas locais, participando da 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da criação da CAISAN Maricá, bem como da elaboração do PLANSAN Municipal. Os resultados apontam que o conselho tem acompanhado ações como a mudança do cardápio escolar e o incentivo à agricultura familiar e às feiras solidárias. Contudo, o

envolvimento de gestores públicos e da sociedade civil ainda é descrito como esporádico e insuficiente, sugerindo desafios de mobilização social e de continuidade política.

Segurança Alimentar e o Papel dos CRAS

As unidades do CRAS relatam que casos de insegurança alimentar são frequentes (83%) (Quadro 6) e que, embora muitas vezes não consigam resolver integralmente as situações, exercem papel fundamental na articulação da rede intersetorial e no acesso a benefícios eventuais, como cestas verdes e doações alimentares. Essa atuação coloca os CRAS como elos operacionais fundamentais entre as políticas de assistência social e de produção de alimentos.

Quadro 6. Percepções dos CRAS sobre insegurança alimentar.

Questão	Tendência observada
Frequência de casos de insegurança alimentar	Alta (5 em 6 unidades)
Capacidade de resolução direta	Parcial
Projetos parceiros vinculados	Cooperativa COOPERAR, hortas comunitárias, doações
Gênero e faixa etária atendida	Predominância feminina (18–64 anos)

Fonte: dos autores (2025).

Desafios e Perspectivas

A análise dos resultados permitiu identificar um conjunto de desafios estruturais e operacionais que limitam a consolidação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) efetivamente integrada no município de Maricá-RJ. Entre os principais entraves destacam-se a insuficiência de ações intersetoriais coordenadas entre as secretarias e instâncias envolvidas; a baixa participação política e social nos processos decisórios sobre SAN; a ausência de um sistema unificado e permanente de distribuição de alimentos, representado pela estruturação incompleta do Banco de Alimentos; e a carência de capacitação técnica contínua das equipes que atuam tanto nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto nos projetos produtivos agroecológicos. Esses fatores evidenciam a necessidade de aperfeiçoar a governança intersetorial e de fortalecer mecanismos de gestão participativa, de modo a ampliar a eficácia das ações e garantir maior coerência entre as dimensões produtiva, social e ambiental das políticas públicas.

Apesar desses desafios, observou-se, nas respostas analisadas, uma clara expressão de vontade política e de compromisso institucional com o avanço das pautas de segurança alimentar e agroecologia. Há uma consciência ampliada entre os atores locais quanto ao papel estratégico da agroecologia não apenas como alternativa produtiva sustentável, mas como política pública estruturante, capaz de promover o desenvolvimento territorial, reduzir vulnerabilidades socioeconômicas e assegurar o direito humano à alimentação adequada. Essa percepção, compartilhada entre gestores e colaboradores, reforça a importância de consolidar a agroecologia como eixo orientador das políticas municipais voltadas à soberania alimentar e ao fortalecimento da economia solidária.

Discussão

Os resultados obtidos revelam um panorama expressivo da atuação profissional no município de Maricá, com destaque para a presença majoritária de servidores vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, em proporção complementar, de participantes inseridos em Projetos Municipais. Essa configuração reflete a coexistência entre políticas públicas consolidadas e iniciativas inovadoras, em consonância com estudos que enfatizam a necessidade de articulação entre estruturas institucionais permanentes e experiências comunitárias de base agroecológica (Calbino et al. 2018; Grisa e Porto 2023). Arranjos mistos que unem administração pública e experimentação local são reconhecidos como fundamentais para estruturar sistemas alimentares resilientes, pautados na cooperação entre atores e na valorização de circuitos curtos de abastecimento (Diekmann et al. 2020; Martinez et al. 2022; Silva e Souza 2023).

A predominância de profissionais do CRAS (60%) evidencia o papel central dessas unidades na mediação entre produção e consumo, atuando como elos operacionais entre políticas de assistência social e de segurança alimentar, o que confirma a interdependência entre SAN, proteção social e agroecologia (Burigo e Porto 2019; Silva et al. 2021). Os 40% de respondentes provenientes de Projetos Municipais representam o campo da inovação e da experimentação institucional, espaço apontado por Becker e Ximenes (2023) como determinante para a consolidação de arranjos agroecológicos urbanos e políticas de transição sustentável. Essa complementaridade entre estruturas formais e ações locais contribui para o fortalecimento da governança alimentar e amplia a capacidade do município em integrar ações produtivas, distributivas e educativas, em

consonância com os pilares da SAN: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (Diekmann et al. 2020; Silva e Simões 2023).

A articulação observada entre CRAS, COMSEA, CAISAN e projetos produtivos reflete um arranjo de governança intersetorial em formação, aspecto identificado por Pozzebon et al. (2017) e Santos et al. (2024) como essencial à eficácia das políticas de segurança alimentar. Esse modelo de governança policêntrica favorece a partilha de decisões entre órgãos públicos, redes locais e organizações da sociedade civil, promovendo controle social e eficiência na aplicação de recursos. Georges et al. (2025) e Ghinoi et al. (2018) destacam que a governança em redes de abastecimento constitui fator determinante para a resiliência dos sistemas alimentares locais e o êxito das políticas de SAN.

A presença de projetos agroecológicos com uso de áreas públicas e destinação social dos alimentos coaduna-se com as análises de Cunha e Cardoso (2022) e Leão et al. (2022), que identificam a agricultura urbana como instrumento de inclusão social, geração de renda e fortalecimento da economia solidária. Esses projetos materializam a integração dos princípios da agroecologia com os objetivos da SAN, aproximando produtores e consumidores, reduzindo perdas e otimizando o uso dos alimentos, conforme defendem Martinez et al. (2022) e Pu et al. (2022). Em Maricá, a produção diversificada e o destino institucional das colheitas para escolas, equipamentos públicos e ações sociais reforçam a função da agroecologia como política pública de abastecimento e combate à insegurança alimentar (Santos e Machado 2019; Savian et al. 2021).

A unanimidade quanto à criação de um Banco de Alimentos Municipal confirma a importância dessa estrutura como instrumento de logística solidária. Albuquerque e Lima (2023) e Belik (2015) reconhecem os bancos de alimentos como componentes estruturantes da SAN e mediadores entre produção local e redistribuição equitativa. Georges et al. (2025) demonstram que esses equipamentos funcionam como pontos de conexão entre excedentes produtivos e demandas alimentares de populações vulneráveis, configurando-se como nós estratégicos nas redes locais de abastecimento. O êxito desses bancos depende de arranjos institucionais robustos e de uma governança integrada, articulando setores públicos, comunitários e privados (Ghinoi et al. 2018; Sencébé et al. 2020). Assim, a proposta de criação do Banco de Alimentos em Maricá encontra respaldo empírico e teórico, situando-se como política estruturante no contexto da SAN local.

A gestão participativa, expressa na atuação do COMSEA e da CAISAN, enquadra-se no conceito de "governança de proximidade" de Grisa e Porto (2023), no qual o controle social e o diálogo entre Estado e sociedade são fundamentais à efetividade das políticas alimentares. Essa abordagem é coerente com estudos sobre redes alimentares sustentáveis, que reconhecem o capital social, a confiança e a cooperação como determinantes da resiliência dos sistemas locais (Adefila et al. 2024; Birtalan et al. 2020). Contudo, a consolidação dessa governança depende da superação de desafios ligados à continuidade política, institucionalização dos mecanismos participativos e qualificação técnica das equipes (2020).

Os desafios relatados, como a insuficiência de ações intersetoriais coordenadas, baixa participação social, ausência de um sistema unificado de distribuição e carência de capacitação técnica contínua, são compatíveis com lacunas identificadas por Ronconi et al. (2021) e Becker e Ximenes (2023). Tais limitações comprometem a estabilidade e a eficiência das ações, sobretudo em contextos com dependência de recursos externos e restrições políticas. A superação dessas barreiras requer a institucionalização da SAN como política de Estado, integrando abastecimento, agricultura familiar, educação alimentar e redistribuição solidária (Diekmann et al. 2020; Silva e Souza 2023; Verano et al. 2023).

A governança, os arranjos colaborativos e a participação social configuram dimensões analíticas centrais para compreender os processos de implementação de um banco de alimentos. A articulação e cooperação entre poder público, setor produtivo, agricultores, sociedade civil e entidades assistenciais definem regras, espaços decisórios e mecanismos de prestação de contas que estruturam a ação coletiva (Buttenbender et al. 2022; Castro Júnior et al. 2024; Pinheiro et al. 2021). Estruturas formais e informais de governança devem favorecer não apenas a alocação eficiente de recursos, mas também a legitimidade social das ações, aspecto ilustrado por experiências intersetoriais no Ceará com a criação de espaços de coordenação e comitês de condução (Castro Júnior et al. 2024; Pinheiro et al. 2021).

A exploração de modelos de parceria com o terceiro setor demonstra como pactos, contratos e alianças estratégicas podem sustentar a implementação de redes locais (Albuquerque e Lima 2023; Buttenbender et al. 2022), ampliando a capacidade institucional de resposta às demandas de segurança alimentar (Rocha et al. 2025). O alinhamento entre objetivos públicos, interesses locais e práticas de cooperação garante transparência, responsabilidade e aprendizado organizacional (Leite et al. 2021; Silva e Souza 2023). Essa articulação torna-se essencial em redes alimentares que operam em territórios com múltiplos atores e necessidades distintas, exigindo modos de governança flexíveis e adaptáveis (Albuquerque e Lima 2023; Castro Júnior et al. 2024).

A governança de redes alimentares locais envolve a articulação entre poder público, agricultores, sociedade civil e entidades assistenciais em espaços capazes de reduzir assimetrias de poder e promover decisões compartilhadas. A experiência do Grupo Condutor da Política Estadual de Promoção da Saúde do Ceará ilustra como a intersetorialidade pode viabilizar coordenação entre setores, mesmo diante de restrições orçamentárias (Castro Júnior et al. 2024). Iniciativas locais mostram que a construção de redes depende tanto de acordos formais quanto de redes informais baseadas em confiança e objetivos comuns (Albuquerque e Lima 2023; Buttenbender et al. 2022). A colaboração com o terceiro setor destaca-se como elemento essencial para ampliar capacidades técnicas, mobilizar recursos e expandir a cobertura de serviços, reforçando a necessidade de alianças estratégicas orientadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 17 (Buttenbender et al. 2022; Pinheiro et al. 2021). A consolidação dessa governança depende de espaços de decisão compartilhados, mecanismos de prestação de contas e de uma lógica de cooperação que reconheça a autonomia dos atores, sustentando o objetivo comum de segurança alimentar (Albuquerque e Lima 2023; Castro Júnior et al. 2024; Leite et al. 2021).

Por fim, a vontade política e a consciência sobre o papel estratégico da agroecologia configuram um cenário favorável à consolidação de políticas públicas sustentáveis e integradas. A percepção de que a agroecologia deve ser compreendida como política de Estado converge com abordagens que a reconhecem como matriz científica e sociopolítica capaz de promover desenvolvimento sustentável e equidade alimentar (Grisa e Porto 2023; Savian et al. 2021). Os resultados apontam que as políticas de segurança alimentar e agroecologia em Maricá alinham-se às tendências nacionais de municipalização e territorialização da SAN, delineando caminhos concretos para o fortalecimento da resiliência alimentar e da justiça social no contexto local.

Considerações Finais

A análise do Banco de Alimentos de Maricá permitiu compreender que a agroecologia constitui um eixo estruturante e promissor para o fortalecimento de um modelo territorial de desenvolvimento local, especialmente quando associada a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) orientadas pela intersetorialidade, pela economia solidária e pela participação social. A partir da investigação institucional, das entrevistas e da visita técnica comparativa, constatou-se que o município reúne condições políticas e operacionais favoráveis à consolidação de um sistema alimentar territorializado, capaz de integrar produção local, gestão pública e inclusão social.

Os resultados evidenciaram que, embora exista vontade política expressa e um crescente reconhecimento do papel estratégico da agroecologia, ainda persistem desafios significativos. A ausência de um sistema unificado de distribuição e de um banco de alimentos estruturado com base em princípios agroecológicos limita o alcance das ações de combate à fome e dificulta a operacionalização de circuitos curtos de abastecimento. Além disso, a carência de capacitação técnica continuada nas equipes dos CRAS e dos projetos produtivos compromete a efetividade das ações de assistência e de articulação entre os setores.

O fortalecimento do Banco de Alimentos de Maricá, orientado pela agroecologia, requer a institucionalização de uma governança integrada e participativa, a criação de instrumentos normativos que assegurem a compra pública de alimentos agroecológicos locais e o estabelecimento de parcerias permanentes entre agricultores familiares, equipamentos públicos e redes comunitárias. Tais medidas podem transformar o Banco de Alimentos em um eixo estruturante de uma política alimentar territorializada, pautada no direito humano à alimentação adequada e na promoção da soberania e segurança alimentar.

Como perspectivas futuras, recomenda-se a ampliação dos mecanismos de formação técnica continuada das equipes intersetoriais, o desenvolvimento de projetos demonstrativos de agricultura urbana e periurbana, e a implantação de um sistema municipal de monitoramento e avaliação da SAN. Ademais, a criação de um observatório local de agroecologia e alimentação pode contribuir para a produção de conhecimento aplicado, subsidiando políticas inovadoras e sustentáveis. Assim, Maricá poderá consolidar-se como referência nacional em gestão alimentar solidária, articulando produção, consumo e cidadania sob o enfoque agroecológico.

Referências

Adefila, Adebimpe Oluwabukade, Oluwatosin Omotola Ajayi, Adekunle Stephen Toromade, e Ngodoo Joy Sam-Bulya. 2024. "Bridging the Gap: A Sociological Review of Agricultural Development Strategies for Food Security and Nutrition". *International Journal of Applied Research in Social Sciences* 6 (11): 2678–96. https://doi.org/10.51594/ijarss.v6i11.1695.

Albuquerque, Paula Cruz De, e Filipe Augusto Xavier Lima. 2023. "Políticas públicas de sustentabilidade em Fortaleza, CE". *Interações (Campo Grande)*, publicação prévia em linha, julho 19. https://doi.org/10.20435/inter.v24i2.3318.

Becker, Cláudio, e Raphaela Pimentel Ximenes. 2023. "Políticas públicas de fortalecimento à Agroecologia como dispositivo de conexões entre campo e cidade: uma análise a partir do estado do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Agroecologia* 18 (6): 804–24. https://doi.org/10.33240/rba.v18i6.51592.

Belik, Walter. 2015. "A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados". *Segurança Alimentar e Nutricional* 19 (2): 94. https://doi.org/10.20396/san.v19i2.8634614.

Birtalan, Ilona Liliána, Ágnes Neulinger, József Rácz, e György Bárdos. 2020. "Community Supported Agriculture Membership: The Benefits of Spousal Involvement". *International Journal of Consumer Studies* 44 (2): 172–80. https://doi.org/10.1111/ijcs.12555.

Brasil. 2020. *Guia operacional e de Gestão para Banco de Alimentos*. Ministério da Cidadania. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf.

Burigo, Andre Campos, e Marcelo Firpo De Souza Porto. 2019. "Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia". *Saúde em Debate* 43 (spe8): 248–62. https://doi.org/10.1590/0103-11042019s818.

Buttenbender, Pedro Luís, Leonardo Coelho Ribeiro, Sérgio Luís Allebrandt, Airton Adelar Mueller, e Maria Margarete Baccin Brizolla. 2022. "Políticas públicas, terceiro setor e suas contribuições sociais e econômicas na execução de projetos". *Redes* 27 (dezembro). https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.17172.

Calbino, Daniel, Iran Borges, Luis Andrade, Caroline Abreu, e Fernanda Gonçalves. 2018. "Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas". *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional* 14 (2): 59–80. https://doi.org/10.26767/coloquio.v14i2.718.

Castro Júnior, André Ribeiro De, Maria Iara Socorro Martins, Ticiane Freire Gomes, et al. 2024. "Experiência intersetorial na facilitação do Grupo Condutor da Política Estadual de Promoção da Saúde do Ceará". *Revista de Educação Popular* 22 (3): 283–301. https://doi.org/10.14393/REP-2023-69973.

Creswell, John W., e J. David Creswell. 2023. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 6º ed. SAGE Publications, Inc.

Cunha, Manuela Alves Da, e Ryzia De Cassia Vieira Cardoso. 2022. "Hortas urbanas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil". *Ambiente & Sociedade* 25: e00943. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210094r3vu2022l4ao.

Dancey, Christine, e John Reidy. 2021. *Estatística sem matemática para psicologia*. 3º ed. Penso.

Diekmann, Lucy O., Leslie C. Gray, e Chan Le Thai. 2020. "More Than Food: The Social Benefits of Localized Urban Food Systems". *Frontiers in Sustainable Food Systems* 4 (setembro): 534219. https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.534219.

FAO, IFAD. 2023. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, Agrifood Systems Transformation and Healthy Diets across the Rural–Urban Continuum. The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) 2023. FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. https://doi.org/10.4060/cc3017en.

Ferreira, Rubio José, e Cláudio Jourge Moura de Castilho. 2016. "Agricultura urbana e gestão territorial em Recife/PE/Brasil: qual o lugar da agricultura urbana no planejamento da cidade?" *Ateliê Geográfico* 10 (2): 65–81. https://doi.org/10.5216/ag.v10i2.35747.

Figueiredo, Glória Lúcia Alves, Carlos Henrique Gomes Martins, Jaqueline Lopes Damasceno, Gisélia Gonçalves de Castro, Amado Batista Mainegra, e Marco Akerman. 2017. "Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões?" *Ciência & Saúde Coletiva* 22 (12): 3821–30. https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25202017.

Flick, Uwe, Joice Elias Costa, e Sônia Elisa Caregnato. 2021. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3º ed. Penso.

Georges, Celina Martinez, Jasper Grashuis, Silvia Morales De Queiroz Caleman, e Guilherme Fowler De Avila Monteiro. 2025. "Communication, Principal–Agent Alignment and Performance: Evidence from Brazilian Agricultural Co-operatives". *Annals of Public and Cooperative Economics* 96 (2): 341–61. https://doi.org/10.1111/apce.12506.

Ghinoi, Stefano, Valdemar João Wesz Junior, e Simone Piras. 2018. "Political Debates and Agricultural Policies: Discourse Coalitions behind the Creation of Brazil's Pronaf". *Land Use Policy* 76 (julho): 68–80. https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.04.039.

Gil, Antonio Carlos. 2022. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 7º ed. GEN Atlas.

Grisa, Catia, e Silvio Isoppo Porto. 2023. "Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira". *Revista de Economia e Sociologia Rural* 61 (3): e259390. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt.

IBGE. 2024. "Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas | Agência de Notícias". Agência de Notícias - IBGE, novembro 14. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas.

Leão, Alexandre Chagas Da Silva, Thais Santos Pelegrino, e Henri Cócaro. 2022. "A rede mãos à horta: promovendo geração de renda e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19". *HOLOS* 4 (dezembro). https://doi.org/10.15628/holos.2022.12397.

Leite, Silvana Nair, Jorge Antonio Zepeda Bermudez, Débora Melecchi, et al. 2021. "Projeto Integra: fortalecimento da participação social na agenda das políticas, serviços e tecnologias em saúde". *Ciência & Saúde Coletiva* 26 (11): 5589–98. https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.18212021.

Maas, Larissa, Rosane Malvestiti, e Leila Amaral Gontijo. 2020. "O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil". *Cadernos de Saúde Pública* 36 (8): e00134319. https://doi.org/10.1590/0102-311x00134319.

Martinez, Celina L., Daisy Rosero, Tammy Thomas, e Francisco Soto Mas. 2022. "Community Supported Agriculture, Human Capital, and Community Health". *Health Promotion Practice* 23 (3): 407–15. https://doi.org/10.1177/15248399211070546.

Minayo, Maria Cecília de Souza. 2014. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 14º ed. Hucitec.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. 2021. *Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar No Contexto Da Pandemia Da Covid -19 No Brasil*. Análise. Fundação Friedrich Ebert.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-. 2022. *II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Análise. Fundação Friedrich Ebert.

Pinheiro, Daniela Costa, Carlos Dias Chaym, Victor Hugo Fernandes De Almeida Ferreira, Maria Alcilene Morais, e Rubens Carlos Rodrigues. 2021. "Alianças estratégicas e o Terceiro Setor: uma análise sob a ótica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17". *Research, Society and Development* 10 (3): e48810313581. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13581.

Pozzebon, Luciana, Anelise Graciele Rambo, e Marcio Gazolla. 2017. "As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional". *Desenvolvimento em Questão* 16 (42): 405. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.405-441.

Pu, Xujin, Yuchen Xu, e Yaping Fu. 2022. "Integrated Scheduling of Picking and Distribution of Fresh Agricultural Products for Community Supported Agriculture Mode". *Symmetry* 14 (12): 2530. https://doi.org/10.3390/sym14122530.

Purcell, Mark, e Shannon K. Tyman. 2015. "Cultivating food as a right to the city". *Local Environment* 20 (10): 1132–47. https://doi.org/10.1080/13549839.2014.903236.

Resolução n.o 510, de 07 de abril de 2016, Ministério da Saúde (2016). https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf.

Rocha, Simone Aparecida Simões, Vinicius Valim Pereira, Wilton Maia Velez, et al. 2025. "Gestão Socioambiental como Estratégia de Mitigação e Prevenção dos Impactos Ambientais na Agenda ESG". *Revista de Gestão e Secretariado* 16 (9): e5256. https://doi.org/10.7769/gesec.v16i9.5256.

Ronconi, Luciana Francisco De Abreu, Bernadete De Lourdes Bittencourt, e Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes. 2021. "Inovação social no contexto da agricultura urbana em Florianópolis: o caso do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo". *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais* 12 (6): 635–50. https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.006.0053.

Santos, Helen Mara Dos, Sarah Polezi Silva, Allyne Oliveira Morrone Batista, e André Bento Chaves Santana. 2024. "Agricultura urbana e periurbana como abordagem integrada sustentável para a segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso". *Nutrivisa - Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde* 11 (1): e12973. https://doi.org/10.59171/nutrivisa-2024v11e12973.

Santos, Maira Dos, e Mariana Campos Martins Machado. 2019. "Agricultura Urbana e Periurbana". *Segurança Alimentar e Nutricional* 27 (dezembro): e020010. https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8650689.

Savian, Moisés, Pedro Boff, e Mari Inês Carissimi Boff. 2021. "Pode a agricultura urbana contribuir para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis?" *Research, Society and Development* 10 (5): e30610514926. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14926.

Sencébé, Yannick, Florence Pinton, e Ademir Antonio Cazella. 2020. "On the Unequal Coexistence of Agrifood Systems in Brazil". *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies* 101 (2–3): 191–212. https://doi.org/10.1007/s41130-020-00099-8.

Silva, José Vagner, Vanessa Schiavon Lopes, Maria Valdenira Rodrigues De Almeida, et al. 2021. "Segurança alimentar de agricultores agroecológicos do Semiárido Brasileiro". *Revista ELO – Diálogos em Extensão* 10 (abril). https://doi.org/10.21284/elo.v10i.11021.

Silva, Nicole Cavalcanti, e Rosemeri Melo E Souza. 2023. "Modelo de indicadores de governança e resiliência socioecológica: contributos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)". *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais* 13 (11): 183–207. https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2022.011.0015.

Silva, Patrícia Mello, e André Felipe Simões. 2023. "Ambiente Alimentar e Cidades Sustentáveis: análise de inter-relações nos contextos político, sociocultural e econômico". *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista* 19 (6). https://doi.org/10.17271/1980082719620234738.

Verano, Thiago De Carvalho, Gabriel Medina, e Carlos De Melo Silva Neto. 2023. "Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp". *Estudos Sociedade e Agricultura* 31 (2): e2331216. https://doi.org/10.36920/esa31-2_16.

Apêndice

Questionário Aplicado
Seção 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Seção 2 – Definição de Categoria por Seguimento
Em qual seguimento você atua dentro do município de Maricá?
☐ Projeto municipal
☐ (Gestores) Secretaria municipal / autarquia
☐ CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
☐ COMSEA

Seção 3 – Seguimento 1: Projetos Municipais
Esta seção é específica para gestores e colaboradores de projetos municipais.
O projeto que você faz parte é vinculado a qual ente público?
☐ Secretaria municipal
☐ Autarquia municipal
☐ Outro: _____
Grande área de atuação do projeto:
☐ Agroecologia / agricultura urbana
☐ Segurança alimentar e nutricional

Seção 4 – Projeto Municipal: Agroecologia / Agricultura Urbana
Há quanto tempo o projeto desenvolve ações no município de Maricá-RJ?
Qual local (bairro e distrito) o projeto é desenvolvido?
Qual a área (m²) manejada pelo projeto?
O projeto é desenvolvido em área pública?
☐ Sim ☐ Não
O projeto desenvolve ações intersetoriais ou conjuntas com outros projetos?
☐ Sim ☐ Não
O projeto executa ação conjunta com os CRAS do município?
☐ Sim ☐ Não
Dentre os objetivos e metas do projeto, algum está relacionado à segurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não

Seção 5 – Estratégias do Projeto
Descreva quais as estratégias do projeto dialogam com ações de segurança alimentar e nutricional para o município:

Seção 6 – Produção de Alimentos
O projeto produz alimentos?
☐ Sim ☐ Não
Quais os principais produtos do projeto?
☐ Hortaliças ☐ Frutas ☐ Grãos e cereais ☐ Minimamente processados ☐ Alimento beneficiado ☐ Outro: _____
Existe uma meta ou plano de ação específico do projeto para destinar a produção?
☐ Sim ☐ Não

Seção 7 – Destinação da Produção
Qual o destino dos alimentos produzidos?
Qual o quantitativo de pessoas beneficiadas com os alimentos?

Qual a quantidade (kg) de alimentos produzidos mensalmente pelo projeto (em média)?
Qual o número de variedades produzidas pelo projeto?

Seção 8 – Destino dos Alimentos Produzidos
Qual o destino dos alimentos produzidos pelo projeto?

Seção 9 – Importância do Banco de Alimentos
Para o seu projeto seria importante ter um banco de alimentos municipal que faça a gestão da distribuição de alimentos produzidos no município? Por quê?
Em sua opinião, os projetos municipais de agroecologia/agricultura urbana estão trabalhando em conjunto para garantir segurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não
Dentro da realidade do projeto que você participa, existe a perspectiva de colaboração com um banco de alimentos local?
☐ Sim ☐ Não

Seção 10 – Desafios
Descreva os principais desafios que impediriam o projeto de colaborar com um banco de alimentos municipal:

Seção 11 – Projeto Municipal: Segurança Alimentar e Nutricional
Há quanto tempo o projeto desenvolve ações no município de Maricá-RJ?
Qual local (bairro e distrito) o projeto é desenvolvido?
O projeto desenvolve ações intersetoriais ou conjuntas com outros projetos?
☐ Sim ☐ Não

Seção 12 – Ações Intersetoriais
Quais ações intersetoriais ou de caráter multidisciplinar são desenvolvidas pelo projeto?
Existe colaboração com o setor municipal de agricultura/agroecologia?
☐ Sim ☐ Não
O projeto executa ação conjunta com os CRAS do município?
☐ Sim ☐ Não

Seção 13 – Manipulação ou Produção de Alimentos
O projeto manipula ou produz alimentos?
☐ Sim ☐ Não

Seção 14 – Alimentos Produzidos
Quais os principais alimentos manipulados ou produzidos pelo projeto?
☐ Hortaliças ☐ Frutas ☐ Grãos/cereais ☐ Minimamente processados ☐ Alimento beneficiado ☐ Outro: _____
Qual o quantitativo (kg) produzido/manipulado mensalmente (média)?
Existe meta/plano de ação para destinação dos alimentos?
☐ Sim ☐ Não
Cite qual o destino dos alimentos: _____
Qual o número de pessoas atendidas com os alimentos?

Seção 15 – Colaboração e Banco de Alimentos
Em sua opinião, os projetos municipais de segurança alimentar e nutricional deveriam desenvolver ações conjuntas?
☐ Sim ☐ Não
Para o seu projeto seria importante ter um banco de alimentos municipal que faça a gestão da distribuição de alimentos? Por quê?

Dentro da realidade do projeto que você participa, existe perspectiva de colaboração com um banco de alimentos local?

☐ Sim ☐ Não

Seção 16 – Seguimento 2: Secretaria Municipal / Autarquia
Explique as ações desenvolvidas pela secretaria/autarquia nas pautas relacionadas à superação da fome no município:
Explique as ações desenvolvidas pela secretaria/autarquia nas pautas relacionadas ao desenvolvimento local sustentável:

Seção 17 – Projetos da Secretaria/Autarquia
A secretaria/autarquia desenvolve projetos na área da agroecologia?

☐ Sim ☐ Não
Se sim, cite quais: _____
A secretaria/autarquia desenvolve projetos na área de segurança alimentar e nutricional?

☐ Sim ☐ Não
Se sim, cite quais: _____

Seção 18 – Intersetorialidade e Participação Popular
A secretaria/autarquia trabalha em conjunto com quais outras frentes ou secretarias?
Trabalha com projetos articulados aos CRAS?

☐ Sim ☐ Não
Como a gestão tem pensado soluções para garantir segurança alimentar e nutricional no município?
Como a gestão avalia o papel da agroecologia na garantia da segurança alimentar?
A gestão considera a participação popular na construção de editais de seleção de projetos?

☐ Sim ☐ Não
Qual a frequência de participação em audiências públicas, reuniões e fóruns sobre agroecologia e segurança alimentar (média anual)?

Seção 19 – Seguimento 3: CRAS
Qual a região ou distrito de referência?

☐ Ponta Negra ☐ Inoã ☐ Itaipuaçu ☐ Centro ☐ Outro: _____
Quais bairros são atendidos pelo polo?
Número médio de pessoas atendidas: _____
Gênero majoritariamente atendido:

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Não binário
Faixa etária majoritariamente atendida:

☐ Menos de 18 anos ☐ 18 a 64 anos ☐ Acima de 65 anos

Seção 20 – Relação com a Temática
É frequente o atendimento de pessoas em insegurança alimentar e nutricional?

☐ Sim ☐ Não
O CRAS consegue resolver casos de insegurança alimentar e nutricional?

☐ Sim ☐ Não
Se sim, de que maneira: _____
Na sua opinião, é responsabilidade do CRAS auxiliar os atendidos na superação da fome e insegurança alimentar?

☐ Sim ☐ Não
Existem projetos municipais que trabalhem diretamente com sua unidade e se relacionem com segurança alimentar e agroecologia?

☐ Sim ☐ Não
Se sim, de que maneira atuam: _____
São realizadas palestras ou outras formações com as equipes dos CRAS sobre segurança alimentar e agroecologia?
☐ Sim ☐ Não

Seção 21 – Avaliação e Perspectivas
Na sua opinião, qual a importância de o município garantir segurança alimentar aos atendidos pelo CRAS?
Você avalia que existe vontade política nas ações de superação da insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não
A participação de projetos de agroecologia e segurança alimentar na sua unidade seria importante?
☐ Sim ☐ Não
Para sua unidade seria importante ter um banco de alimentos municipal para encaminhamento de atendidos em insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não

Seção 22 – Seguimento 4: COMSEA
Como você avalia as ações intersetoriais do município para promoção de segurança alimentar e nutricional?
☐ Funcionam de maneira coordenada e estruturais
☐ Funcionam de maneira coordenada, porém descontínuas
☐ As ações intersetoriais são insuficientes
☐ Desconhece ações intersetoriais de referência

Seção 23 – Atuação e Políticas do COMSEA
Quais ações são encaminhadas ou realizadas pelo COMSEA para solucionar casos de insegurança alimentar e nutricional?
Em sua opinião, existe vontade política para ações de superação da insegurança alimentar no município?
☐ Sim ☐ Não
Os gestores públicos participam das reuniões de conselho e outros encaminhamentos?
☐ De maneira satisfatória e participativa
☐ Participam, mas não se engajam
☐ Participação de poucos seguimentos públicos
☐ Participação esporádica ou insuficiente
Como você avalia a participação da sociedade civil nas reuniões do conselho?
☐ Participação ativa
☐ Participam, porém com pouco engajamento
☐ Pouca adesão
☐ Participação insuficiente
Quais as principais políticas públicas o COMSEA tem encaminhado para o município?
Em sua opinião, os equipamentos públicos do município conseguem atender aos casos de insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não
O COMSEA tem em suas pautas a previsão da existência de um banco de alimentos para o município?
☐ Sim ☐ Não
Em sua opinião, seria importante a existência de um banco de alimentos municipal?
☐ Sim ☐ Não
Se sim, por que julga importante: _____
Deixe aqui uma sugestão sobre a proposta: